



RELATÓRIO

PRODUTO 1

Planejamento do estudo sobre
Boas Práticas Internacionais em
Auditoria Financeira no Setor Público

Autor: David John Keaney

Relatório elaborado em cumprimento ao Contrato nº 15/2013, firmado com o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de elaborar uma estratégia e um plano de ação para redução de lacunas entre a auditoria realizada pelo TCU sobre o Balanço Geral da União e boas práticas internacionais.

O relatório se refere ao Produto 1 previsto no Termo de Referência nº 01/2013, anexo ao Contrato nº 15/2013.

O conteúdo desse relatório é de exclusiva responsabilidade do autor, não refletindo, portanto, a opinião do Tribunal de Contas da União.

Este relatório é para uso interno do Tribunal de Contas da União e não tem qualquer outro uso, conforme exigido pelas cláusulas sexta, item 3, e décima quarta, item 1, do Contrato nº 15/2013.

Brasília, 5 de junho de 2013.

CONTEÚDO

Objetivos.....	7
Objetivo Geral.....	8
Objetivos específicos	8
Metodologia.....	9
Coleta de dados.....	10
Análise dos dados	11
Abordagem Geral para o Desenvolvimento da Estratégia	12
Etapa 1: Estabelecer um senso de Urgência / Necessidade de Liderança Executiva	12
Etapa 2: Desenvolver uma visão de "nova prática de auditoria financeira do TCU"	12
Etapa 3: Desenvolver uma Estratégia de Comunicação Abrangente	12
Etapa 4: Identificar os Obstáculos / Riscos e Gerenciar de Forma Eficaz.....	12
Etapa 5: Geração de vitórias a curto prazo.....	12
Etapa 6: Nunca desistir	13
Etapa 7: Incorporando mudanças na cultura	13
Cronograma.....	14
Cronograma de entrega dos produtos.....	15
Cronograma de visitas ao TCU.....	15
Limitações e riscos	16
Fatores de Risco.....	17
Limitações	18
Anexos	19
Anexo I – Programação da primeira visita técnica.....	20
Anexo II – Websites para pesquisa	21
Anexo III - Principais documentos para Produto 2.....	22
Anexo IV - Principais documentos sobre EFS estrangeiras.....	26

OBJETIVOS



OBJETIVO GERAL

O principal objetivo desta consultoria é a elaboração de uma estratégia e um plano de ação para redução de lacunas entre a auditoria realizada pelo TCU sobre o Balanço Geral da União e boas práticas internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Identificar as práticas de auditoria do TCU, por meio da consolidação das recomendações dos relatórios das consultorias anteriores financiadas pela doação TF 099104 do Banco Mundial.
- 2) Preparar e aplicar questionário de boas práticas em auditoria financeira no setor público, bem como compilar e analisar os resultados;
- 3) Identificar as boas práticas internacionais em auditoria financeira no setor público em Entidades de Fiscalização Superior de referência no tema;
- 4) Elaborar um estudo comparado entre a auditoria financeira no TCU e Entidades de Fiscalização Superior de referência no tema;
- 5) Identificar lacunas entre a auditoria do Balanço Geral da União e as boas práticas internacionais de auditoria financeira no setor público;
- 6) Preparar uma estratégia e um plano de ação para a redução de lacunas identificadas no estudo comparado.

METODOLOGIA



COLETA DE DADOS

A coleta de dados será realizada por meio de análise documental, entrevistas, questionário e pesquisa em sítios eletrônicos.

Para a elaboração do Produto 2 serão analisados basicamente os relatórios produzidos em consultorias anteriores, no intuito de formar um entendimento inicial sobre o estágio atual do projeto de fortalecimento da auditoria do Balanço Geral da União (BGU).

Essas análises serão complementadas pela análise de outros documentos que permitam a obtenção de conhecimento sobre as características do modelo de gestão financeira, contabilidade e auditoria no setor público federal brasileiro, bem como por entrevistas com servidores, gestores e autoridades de instituições relevantes para o trabalho.

No anexo 1, é possível observar as entrevistas realizadas na primeira visita in loco realizada entre os dias 13 e 31 de maio. No anexo 3 constam os principais documentos a serem consultados para a elaboração do Produto 2.

Para a elaboração do Produto 3, serão obtidas informações por meio de questionário a ser aplicado em Entidades de Fiscalização Superior (EFS) de países desenvolvidos, bem como mediante pesquisa em webistes de EFS selecionadas para a realização do estudo (ver Anexo 2) e teleconferências e videoconferências junto a representantes indicados pelas EFS para esse fim.

As EFS a serem comparadas com o TCU serão selecionadas segundo critérios variados, buscando garantir a representatividade de diferentes modelos institucionais de fiscalização governamental. Inicialmente, pretende-se selecionar entre seis e oito EFS: duas a quatro auditorias gerais e quatro tribunais de contas, sendo dois com função jurisdicional e outros dois sem função jurisdicional. Poderão ser consideradas ainda características econômicas, geográficas, políticas, administrativas, institucionais, fiscais e contábeis dos países em que estão situadas as EFS.

Para fins de categorização dos dados, a priori, pretende-se ajustar os elementos previstos no Termo de Referência às dimensões do mapa estratégico do TCU, salvo entendimento diferente em etapa posterior deste projeto. Assim, o método da elaboração da estratégia de fortalecimento da auditoria financeira estaria significativamente alinhado ao método adotado na elaboração do Plano Estratégico do TCU (PET): o Balanced Scorecard.

Categorias previstas no Termo de Referência	Categorias no PET 2011-2015
Mandato e Objetivos	Missão / Visão
Recursos	Pessoas e Inovação / Orçamento e Logística
Métodos e técnicas	Processos Internos
Relatórios e impactos esperados	Resultados

ANÁLISE DOS DADOS

O método de análise dos dados poderá ser alterado em comum acordo com os representantes do Tribunal. Porém, para fins de organização deste trabalho, serão apresentadas algumas propostas metodológicas que podem direcionar os debates sobre o melhor caminho para alcançar os resultados esperados desta consultoria.

Para o produto 2, o método estará restrito à sintetização dos relatórios já produzidos em outras consultorias do projeto. Para enriquecer o entendimento sobre a situação atual da auditoria financeira no TCU, poderá ser realizada uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats), que é uma das metodologias de planejamento estratégico organizacional. Também poderão ser realizados, com o apoio de técnicos do TCU, mapeamentos para melhorias nos processos de contas ordinárias e de governo, visando à integração entre os dois instrumentos de controle externo.

Quanto ao produto 3, a comparação com as boas práticas internacionais terá dois estágios.

No primeiro estágio serão analisadas as respostas ao questionário que será aplicado em EFS de países desenvolvidos, com três objetivos principais: produzir indicadores de boas práticas internacionais em auditoria financeira no setor público; identificar EFS com maior potencial para análises mais aprofundadas no segundo estágio do estudo comparado; e, identificar boas práticas de EFS específicas que não serão analisadas no segundo estágio.

Após selecionadas as EFS que serão analisadas, o estudo comparado será realizado para cada uma das categorias de análise, buscando identificar o nível de aderência entre a auditoria financeira no TCU e nas EFS selecionadas.

ABORDAGEM GERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA

No desenvolvimento de uma estratégia e um plano de ação para a redução de lacunas com boas práticas internacionais (Produto 4), a abordagem geral abaixo será seguida:

ETAPA 1: ESTABELECECER UM SENSO DE URGÊNCIA / NECESSIDADE DE LIDERANÇA DAS AUTORIDADES

- Criar e promover a necessidade de auditoria financeira como exigência para a boa governança;
- Criar mensagens que são simples e imaginativas;
- Chamar as pessoas-chaves para se comprometerem com as novas metas;

ETAPA 2: DESENVOLVER UMA VISÃO DE "NOVA PRÁTICA DE AUDITORIA FINANCEIRA DO TCU"

- Criar uma visão para ajudar os outros verem os benefícios do projeto.
- Criar uma imagem clara dos "objetivos finais".
- Desenvolver estratégias para alcançar essa visão.

ETAPA 3: DESENVOLVER UMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO ABRANGENTE

- Comunicar a visão (Etapa 2).
- Permitir que as pessoas-chaves se engajem, se comprometam e apóiem.
- Certificar-se que o maior número possível de pessoas relevantes compreenda e aceite a visão e a estratégia.

ETAPA 4: IDENTIFICAR OS OBSTÁCULOS / RISCOS E GERENCIAR DE FORMA EFICAZ

- Remover os obstáculos, se possível.
- Alterar sistemas ou estruturas que possam inibir novos processos.
- Desenvolver formas de incentivo de assumir riscos e idéias não tradicionais, atividades e ações.

ETAPA 5: GERAÇÃO DE VITÓRIAS A CURTO PRAZO

- Plano de realizações que podem ser facilmente visíveis.
- Alavancar essas conquistas.
- Reconhecer e premiar pessoas-chaves envolvidas.

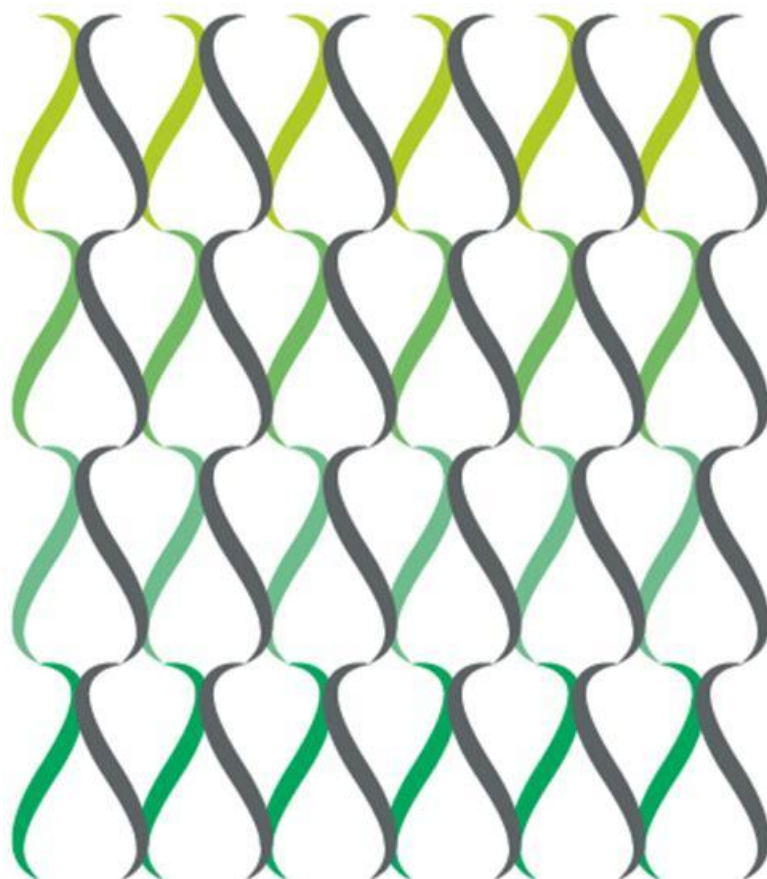
ETAPA 6: NUNCA DESISTIR

- Utilizar maior credibilidade para mudar sistemas, estruturas e políticas que não se encaixam na visão do novo processo de auditoria financeira.
- Contratar, promover e desenvolver funcionários que possam implementar a visão.
- Revigorar o processo com a continuação das novas melhores práticas em auditoria financeira.

ETAPA 7: INCORPORANDO MUDANÇAS NA CULTURA

- Articular as conexões entre o novo processo de auditoria financeira e sucesso no TCU / órgãos governamentais.
- Desenvolver os meios para assegurar o desenvolvimento da liderança e sucessão.

CRONOGRAMA



CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Produto	Prazo Contratual	Previsão de entrega
Produto 1 - Planejamento	13/jun	6/jun
Produto 2 – Relatório de consolidação dos estudos anteriores	24/ago	12/jul
Produto 3 - Relatório do estudo comparado entre TCU e SAIs	24/nov	22/nov
Produto 4 - Estratégia e Plano de Ação	24/dez	14/dez

CRONOGRAMA DE VISITAS AO TCU¹

Visita	Período	Principais atividades
1ª visita	13/mai a 29/mai	a) Reunião de planejamento do produto (alinhamento de expectativas); b) Análise preliminar de documentos-chave para o trabalho; c) Reunião de monitoramento da execução do produto, com entrega de versão preliminar do produto; d) Ler e estudar atentamente os relatórios de estudos anteriores do projeto a que se refere esta contratação; e) Avaliar a evolução da auditoria do BGU após os diagnósticos anteriores. d) Pesquisar informações sobre práticas do TCU que afetem a auditoria financeira para os fins do estudo comparado; e, e) Analisar normas e planos (estratégico, de controle e de fiscalização) para enquadrar o mandato de auditoria financeira no modelo brasileiro de controle externo.
2ª visita	24/jun a 12/jul	a) Realizar reuniões e entrevistas com servidores, gestores e autoridades do TCU e de organismos relevantes para o trabalho, não contemplados na primeira visita; b) Preparar questionário, estruturar o estudo comparado e atualizar análise de lacunas entre a auditoria do BGU e as ISSAIs; e, b) Outras atividades conforme as entregas do projeto abaixo.
3ª visita	18/nov a 6/dez	a) Validação da estratégia e do plano pelo magistrado da Corte de Contas da França; b) Reunião de monitoramento da execução do produto, com entrega de versão preliminar do produto; c) Disseminação do relatório para gestores e autoridades do TCU d) Reunião de entrega final do produto, com apresentação em powerpoint e discussão para validação; e) Analisar o planejamento estratégico do TCU e os modelos organizacionais e gerenciais do TCU; e, f) Identificar e negociar com a Semag o formato mais adequado de proposição e divulgação da estratégia e do plano de ação para a redução de lacunas entre a auditoria do BGU e as boas práticas internacionais.

¹ A priori, foram acordadas três visitas ao TCU em Brasília, cada uma com duas ou três semanas de duração. Na segunda visita ou no período entre a segunda e terceira visita caso se constate a necessidade de uma quarta visita ou da antecipação da terceira visita, o cronograma apresentado poderá ser alterado.

LIMITAÇÕES E RISCOS



FATORES DE RISCO

Agendamento / Prazos

- A realização de reuniões e agendamento de eventos tem o risco de atraso, devido à disponibilidade de pessoal-chave e recursos fornecidos pelo TCU e outras razões similares.
- Além disso, as respostas aos questionários a serem aplicados nas Entidades de Fiscalização Superior de países desenvolvidos, podem ser recebidas após a data de vencimento.

Mitigação de Risco.

Se no caso improvável eu perceber que prazos não possam ser cumpridos, vou informá-los imediatamente e fornecer-lhes um prazo estimado para a conclusão.

Ambiente Político - Leis e Regulamentos

- Devido à natureza do ambiente político em geral no Brasil e especificamente no TCU e outros órgãos governamentais, há o risco de resistência às mudanças em geral.
- O sistema de leis e regulamentos no Brasil e no TCU, é particularmente complexo. Isso resulta em certos desafios para o objetivo de mudar os processos.

Mitigação de Risco

Uma forte estratégia de gestão da mudança será desenvolvida. Atenção específica será aplicada a batalha contra a resistência à mudança.

Recursos disponíveis

Para habilitar uma estratégia e um plano de ação que seja eficaz, alguns recursos devem ser disponibilizados, tais como:

- RH
- TI
- Adoção dentro do processo de Planejamento Estratégico
- Comunicações

Estes recursos podem não ser devidamente comprometidos com o projeto ou, por várias razões, não são capazes de efetuar mudanças necessárias.

Mitigação de Risco

A visão estratégica e tática, que é clara e eficaz, será desenvolvida para ajudar a aplicar a quantidade correta de recursos dos vários grupos mencionados acima.

Além disso, pessoas-chaves e líderes executivos dentro do TCU estarão engajados para ajudar no desenvolvimento e na criação de recursos necessários para o projeto.

LIMITAÇÕES

Necessário limitar a expectativa de quantidade de mudança no processo de fortalecimento da auditoria financeira. Isto acontece devido aos riscos descritos acima, bem como o fato de que alterações substanciais são melhor alcançadas em quantidades limitadas. Durante algum tempo, mais e mais melhorias em auditoria financeira podem ser alcançado.

ANEXOS



ANEXO I – PROGRAMAÇÃO DA PRIMEIRA VISITA TÉCNICA

Dia	Horário	Temas	Pessoas	Função	Sector	Instituição
20/05/2013	14h30 às 16h30	Evolução institucional do TCU: do controle externo à auditoria financeira	Tiago Dutra	Coordenador Projeto Auditoria Financeira	Semag	TCU
20/05/2013	16h30 às 18h30	Diagnóstico da Auditoria Financeira no TCU	Lídia Firmina	Equipe Projeto Auditoria Financeira	Semag	TCU
20/05/2013	17h às 19h	NATs - Normas de Auditoria do TCU	Antônio Carvalho Neto	Especialista Sênior Elaborador das NATs	Seaud	TCU
21/05/2013	10h às 11h	Reunião com Presidente do TCU	Ministro Augusto Nardes	Presidente do TCU	Vice-presidência	TCU
21/05/2013	12h às 13h	Reunião com Vice-presidente do TCU	Ministro Aroldo Cedraz	Presidente do TCU	Presidência	TCU
21/05/2013	14h30 às 17h	Aspectos contábeis nas contas ordinárias	Geovani Ferreira de Oliveira	Chefe do Serviço de Gestão das Contas	Adgecex	TCU
21/05/2013	17h00 às 18h	Controles Contábeis do Governo Federal	Patrícia Garone	Equipe Projeto Auditoria Financeira	Semag	TCU
22/05/2013	10h30 às 12h	Visão de gabinete sobre o TCU e instrumentos de controle externo	Laércio Mendes Vieira	Chefe do Gabinete do Min. Weder de Oliveira	Gab. Ministro Weder	TCU
22/05/2013	14h30 às 16h	Visita à sessão do Plenário	Ministros	Plenário		TCU
22/05/2013	16h30 às 18h30	Plano de Controle do TCU	Felício Ribas Torres	Diretor da área de planejamento de ações de controle	Dinpla	TCU
24/05/2013	10h30 às 12h00	Relatório sobre Estudo Comparado OCDE sobre Contas de Governo	Roberto Victor	Gestor do projeto peer review com OCDE		
24/05/2013	14h30 às 18h00	Reunião sobre planejamento estratégico	Leonard	Diretor – 1ª Diretoria	Seplan	TCU
29/05/2013	10h00 às 14h30	Sessão plenária do TCU para a apreciação das Contas do Governo	Ministros	Autoridades		TCU
31/05/2013	10h00 às 12h00	Reunião sobre visão geral sobre a Controladoria Geral da União	Rogério Vieira dos Reis e Giovanni Pacelli	Coordenadores (Aud. Desempenho e Contas ordinárias, respectivamente)	Planejamento	CGU
31/05/2013	15h30 às 16h00	Reunião sobre conclusões preliminares da primeira visita técnica ao TCU	Marcelo Barros	Secretário	Semag	TCU
31/05/2013	16h30 às 17h30	Reunião sobre projeto sobre Governança com OCDE	Paulo Bijos	Gestor do Projeto de Governança com a OCDE	Semag	TCU

ANEXO II – WEBSITES PARA PESQUISA

Institution	Acronym	Mandate	Website
International Organisation of SAIs	INTOSAI		www.intosai.org
International Standards of SAIs	ISSAI		www.issai.org
Financial Audit Subcommittee	FAS		www.psc-intosai.org/fas
Organisation for Economic Co-operation and Development	OECD		www.oecd.org
World Bank			www.worldbank.org
International Federation of Accountants	IFAC		www.ifac.org
Statistical Office of the European Union	Eurostat		http://epp.eurostat.ec.europa.eu
Australia National Audit Office	ANAO	Supreme Audit Institution	www.anao.gov.au
Secretaria do Tesouro Nacional	STN	Accounting Authority	www.stn.fazenda.gov.br
Secretaria de Orçamento Federal	SOF	Budget Authority	www.sof.planejamento.gov.br
Controladoria Geral da União	CGU	Internal Audit Authority	www.cgu.gov.br
Tribunal de Contas da União	TCU	Supreme Audit Institution	www.tcu.gov.br
Conselho Federal de Contabilidade	CFC	Accounting Standards Authority	www.cfc.org.br
Instituto de Auditores Independentes do Brasil	IBRACON		www.ibracon.com.br
United Kingdom Government		Government	www.gov.uk
Office of the Auditor General of Canada	OAG	Supreme Audit Institution	www.oag-bvg.gc.ca
US Federal Government		Government	www.usa.gov
Federal Government's Official Jobs Site		Recruitment	www.usajobs.gov
Office of Management and Budget	OMB	Budget Authority	www.whitehouse.gov/omb
Department of the Treasury		Treasury Authority	www.treasury.gov
Government Accountability Office	GAO	Supreme Audit Institution	www.gao.gov
Federal Accounting Standards Advisory Board	FASAB	Accounting Standards Authority	www.fasab.gov
American Institute of Certified Public Accountants	AICPA	Certifying institution	www.aicpa.org
Graduate School USA		Training institution	http://graduateschool.edu
Ministère de l'Economie et des Finances		Ministry of Finances	www.economie.gouv.fr
Cour des Comptes		Supreme Audit Institution	www.ccomptes.fr
Cour de Discipline Budgétaire et Financière		Anti-Fraud Institution	www.ccomptes.fr
Ecole nationale d'administration	ENA	Recruitment	www.ena.fr
Bundesregierung		Government	www.bundesregierung.de
Bundesfinanzministerium		Ministry of Finances	www.bundesfinanzministerium.de
Bundesrechnungshof		Supreme Audit Institution	www.bundesrechnungshof.de
Direcção-Geral de Orçamento	DGO	Budget Authority	www.dgo.pt
Inspeção-Geral de Finanças	IGF	Internal Audit Authority	www.igf.min-financas.pt
Tribunal de Contas de Portugal	TCP	Supreme Audit Institution	www.tcontas.pt
Ordem dos Revisores Oficiais de Contas	OROC	Auditing Standards Authority	www.oroc.pt
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas	OTOC	Accounting Standards Authority	www.otoc.pt
Ministry of Finance		Ministry of Finances	www.government.se/sb/d/2062
Riksrevisionen		Supreme Audit Institution	www.riksrevisionen.se
European Commission		Government	http://ec.europa.eu/index_en.htm
European Personnel Selection Office	EPSO	Recruitment	http://europa.eu/epso/index_en.htm
European Court of Auditors	ECA	Supreme Audit Institution	http://eca.europa.eu
European Anti-Fraud Office	OLAF	Anti-Fraud Institution	http://ec.europa.eu/anti_fraud/
Financial Programming and Budget			http://ec.europa.eu/budget/

ANEXO III - PRINCIPAIS DOCUMENTOS PARA PRODUTO 2

Relatórios anteriores do projeto de fortalecimento da auditoria financeira

- Estratégia, recomendações e ações para reduzir lacunas com as Diretrizes de Auditoria Financeira da Intosai
- Características da auditoria do Balanço Geral da União
- Levantamento sobre sistema de contabilidade federal
- Relatório, Voto e Acórdão 1979/2012
- Levantamento sobre fiscalização contábil no TCU
- Levantamento sobre controles contábeis no Governo Federal
- Relatório sobre processos de contabilização no Governo Federal

Gestão de pessoas no Governo Federal

- OECD – HR Federal Government Review of Brazil
- Lei nº 8.112/1990 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e fundações

Gestão financeira e orçamentária no setor público brasileiro

- Constituição Federal de 1988
- Lei nº 4320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal
- Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências
- Lei nº 10.180/2001 – Sistema estruturantes do Governo Federal (planejamento, orçamento, tesouraria, contabilidade e controle interno)
- PEFA Brazil Public Management
- Open Budget Survey 2012

Contabilidade federal

- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)
- Balanço Geral da União
- Pesquisa sobre a contabilidade federal

Controladoria Geral da União

- Lei nº 10.683/2003
- Decreto nº 5.683/2006

Tribunal de Contas da União

- Constituição Federal de 1988
- Lei nº 8443/92, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências
- Lei Complementar nº 101/2000
- Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução-TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011.

TCU – Estrutura Organizacional

- Resolução 253/2012 – Define a estrutura, as competências e a distribuição de funções de confiança

TCU – Planejamento

- Planejamento Estratégico do TCU (PET 2011-2015)
- Plano de Controle
- Plano de Fiscalização
- Plano de Metas

TCU – Recursos Humanos

- Lei nº 10.356/2001 – define os cargos, áreas e especialidades
- Resolução nº 147/2001 – regulamentação da lei nº 10.356/2001
- Portaria nº 327/12 – Progressão na carreira
- Lei nº 12.776/2012 – Progressão na carreira
- Portaria TCU nº 138/2008 – carga horária e Ausência Previamente Compensada
- Portaria TCU 278/2012 – recesso
- Portaria nº 16 – férias
- Resolução nº 253/2012 – funções comissionadas
- Portaria nº 125/2012 – Avaliação de desempenho
- Portaria TCU 146/2012 – Programa Reconhecer (incentivo não financeiro)
- Portaria TCU 93/2004 – Pro-mater (incentivo não financeiro)
- Portaria TCU 139/2009 – Teletrabalho
- Mapas de competências
- Relatório de lotação dos auditores
- Relatório de formação acadêmica
- Editais e provas de concursos públicos para auditores

TCU – Normas de auditoria

- Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NATs)
- Código de ética dos servidores do TCU
- Padrões de Auditoria de Conformidade do TCU
- Padrões de Levantamento do TCU

TCU – Gestão e Resultados

- Relatórios de atividades
- Relatórios de gestão

Contas de governo

- OECD full report TCU audit of year-end accounts
- Relatórios e Pareceres Prévio sobre Contas de Governo

Contas ordinárias

- Instrução Normativa 63
- Decisão Normativa 119
- Decisão Normativa 124
- Portaria TCU 150
- Portaria TCU 234
- Listas de Unidades Jurisdicionadas
- Exemplos de: relatório de gestão, relatório de auditoria de gestão, certificado e parecer de auditoria da CGU, pronunciamento ministerial, relatórios do auditor, da subunidade, da unidade, pronunciamento do MPJTCU, relatório, voto e acórdão.

Diretrizes de Auditoria Financeira da INTOSAI

- ISSAI 1000 – General Introduction to the INTOSAI Financial Audit Guidelines
- ISSAI 1003 – Glossary to Terms to the INTOSAI Financial Audit Guidelines
- ISSAI 1200 – Overall Objectives of the Independent Auditor and the Conduct of an Audit in Accordance with International Standards on Auditing
- ISSAI 1210 – Agreeing the Terms of Audit Engagements
- ISSAI 1220 – Quality Control for an Audit of Financial Statements
- ISSAI 1230 – Audit Documentation
- ISSAI 1240 – The Auditor’s Responsibilities Relating to Fraud in a Audit of Financial Statements
- ISSAI 1250 – Considerations of Laws and Regulations in an Audit of Financial Statements
- ISSAI 1260 – Communication with Those Charged with Governance
- ISSAI 1265 – Communicating Deficiencies in Internal Control to Those Charged with Governance and Management
- ISSAI 1300 – Planning an Audit of Financial Statements
- ISSAI 1315 – Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement through Understanding the Entity and Its Environment
- ISSAI 1320 – Materiality in Planning and Performing an Audit
- ISSAI 1330 – The Auditor’s Responses to Assessed Risks
- ISSAI 1402 – Audit Considerations Relating to an Entity Using a Service Organization
- ISSAI 1450 – Evaluation of Misstatements Identified during the Audit
- ISSAI 1500 – Audit Evidence
- ISSAI 1501 – Audit Evidence – Specific Considerations for Selected Items
- ISSAI 1505 – External Confirmations
- ISSAI 1510 – Initial Audit Engagements – Opening Balances

- ISSAI 1520 – Analytical Procedures
- ISSAI 1530 – Audit Sampling
- ISSAI 1540 – Auditing Accounting Estimates, Including Fair Value Accounting Estimates, and Related Disclosures
- ISSAI 1550 – Related Parties
- ISSAI 1560 – Subsequent Events
- ISSAI 1570 – Going Concern
- ISSAI 1580 – Written Representations
- ISSAI 1600 – Special Considerations – Audits of Group Financial Statements
- ISSAI 1610 – Using the Work of Internal Auditors
- ISSAI 1620 – Using the Work of an Auditor’s Expert
- ISSAI 1700 – Forming an Opinion and Reporting on Financial Statements
- ISSAI 1705 – Modifications to the Opinion in the Independent Auditor’s Report
- ISSAI 1706 – Emphasis of Matter Paragraphs and Other Matter Paragraphs in the Independent Auditor’s Report
- ISSAI 1710 – Comparative Information – Corresponding Figures and Comparative Financial Statements
- ISSAI 1720 – The Auditor’s Responsibilities Relating to Other Information in Documents Containing Audited Financial Statements
- ISSAI 1800 – Special Considerations – Audits of Financial Statements Prepared in Accordance with Special Purpose Frameworks
- ISSAI 1805 – Special Considerations – Audits of Single Financial Statements and Specific Elements, Accounts or Items of a Financial Statement
- ISSAI 1810 – Engagements to Report on Summary Financial Statements

ANEXO IV - PRINCIPAIS DOCUMENTOS SOBRE EFS ESTRANGEIRAS

- Legislação
- Relatórios de atividades
- Organogramas
- Planejamento estratégico
- Relatórios de auditoria de contas consolidadas
- Relatórios de auditoria de contas individuais
- Publicações institucionais
- Manuais de auditoria
- Normas de contabilidade aplicáveis ao setor público
- Orçamentos
- Demonstrações financeiras consolidadas e individuais
- Artigos científicos
- Relatórios de controle de qualidade
- Planos de carreira
- Seleções de auditores